

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

BRUNA LUIZA CARNEIRO SANTOS

**A ESTRADA REAL E SUA IMPORTÂNCIA TURÍSTICA E
PATRIMONIAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

**UBERLÂNDIA
2024**

BRUNA LUIZA CARNEIRO SANTOS

**A ESTRADA REAL E SUA IMPORTÂNCIA TURÍSTICA E PATRIMONIAL PARA
O ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

UBERLÂNDIA

2024

BRUNA LUIZA CARNEIRO SANTOS

**A ESTRADA REAL E SUA IMPORTÂNCIA TURÍSTICA E PATRIMONIAL PARA
O ENSINO DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia em cumprimento das exigências para obtenção do grau de Licenciatura em História.

UBERLÂNDIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jean Luiz Neves Abreu- Doutorado - (UFU) – Orientador

Prof. Gilberto César de Noronha - Doutorado - (UFU)

Prof. Iara Toscano Correia - Doutorado - (UFU)

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sobre outras formas. (Said apud Oriá,1997, p.128.)

RESUMO

Por meio da lei 13.173 de 1999, o programa Estrada Real foi criado, por iniciativa da secretaria de cultura do estado de Minas Gerais, sendo instituído como uma forma de implementar e promover o turismo nas cidades da macrorregião do sudeste brasileiro. Com a proposta de renovação e transformação da economia local. Por meio, do resgate das tradições regionais ao longo do seu percurso e para valorização da identidade e da beleza da região. A vista disso, essa monografia tem como objetivo, ser uma breve análise sobre o programa estrada real, suas características, peculiares e de sua importância sociocultural na promoção do conhecimento histórico, dentro e fora das salas de aula através do Turismo e do Ensino Patrimonial. Assim sendo, ao proporcionar o acesso à informação por meio do ensino de história, a partir, de diferentes metodologias, atividades, técnicas e fontes; em caráter diverso e múltiplo. Buscando-se intuir nos indivíduos o entendimento de que eles são sujeitos históricos e agentes transformadores de seu meio social e ambiental. Por meio do qual, a preservação dos Patrimônios Culturais é *sine qua non*, pois, por conseguinte, promove a compreensão e fortalecimento das identidades e dos valores de uma população.

Palavras-chave: Estrada Real. Minas Gerais. Patrimônio Cultural. Turismo e Ensino Patrimonial. Ensino de História.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1.....	13
1 O PROGRAMA ESTRADA REAL, O TURISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	13
1.1 Levantamento Histórico E Suas Características.....	16
1.1.1 A Decadência das Estradas Reais	18
1.2 O programa e o turismo.....	19
1.3 Evolução do programa e o passaporte estrada real.....	24
Capítulo 2.....	26
2 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO EM MINAS GERAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	26
2.1 Patrimônio no Brasil (Leis e decretos).....	29
2.2 O turismo em rota.....	31
Capítulo 3.....	36
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	36
3.1 A cultura e as diferentes possibilidades do ensino patrimonial em localidades mineiras.....	38
3.2 Problemática nos ensinoss patrimoniais e históricos	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS:	47

INTRODUÇÃO

*“Eu nasci no celeiro da arte
No berço mineiro
Sou do campo, da serra
Onde impera o minério de ferro
Eu carrego comigo no sangue
Um dom verdadeiro
De cantar melodias de Minas
No Brasil inteiro*

*Sou das Minas de ouro
Das montanhas Gerais
Eu sou filha dos montes
Das estradas reais
Meu caminho primeiro
Vi brotar dessa fonte
Sou do seio de Minas
Nesse estado, um diamante”*

(Trecho da música Seio de Minas – Paula Fernandes)

A História do Estado de Minas Gerais, é tão longa e extensa, quanto a idade do nosso país. Sendo este estado, usualmente, reconhecido pela mineração e automaticamente pelo ouro. E posteriormente, por seus cidadãos com seu sotaque característico, bem como suas palavras e expressões regionalistas; por sua geologia dentre serras e montanhas; por suas mercadorias, como o leite, o queijo (canastra), a goiabada; e é claro o que não poderia deixar de citar, o nosso pão de queijo e o bolo de fubá.

Todavia, mesmo se tratando de características consideradas tipicamente mineiras, essas ainda pouco dizem a respeito do conceito identitário e histórico do Estado de Minas; o qual, podemos mencionar além do dito “jeitinho mineiro”, que se exprime em seu sotaque mais acentuado em regiões do interior e/ou mais próximas da capital. Bem como, nos atos de gentileza, das longas prosas e do acolhimento que os cidadãos mineiros são tão facilmente reconhecidos e ousos dizer também amados. De modo que, o sentido e sentimento de ser mineiro, se trata muito mais de uma vivência e identidade pessoal do que meros estereótipos relacionados ao estado/região.

Desta forma, compreendo que por viver neste grandioso estado, e ter experienciado pessoalmente, bem como visitado várias cidades do mesmo, e por conseguinte, ter tido a oportunidade de conhecer tantas pessoas de diferentes lugares do Brasil, mas, também de outras partes do mundo, que pude averiguar que mesmo aqueles que vivem no estado de Minas, pouco sabem ou conhecem de forma abrangente sobre suas histórias. Exceto, talvez,

informações essenciais e simplórias, muita das vezes passadas nos primeiros anos do ensino básico de educação. O qual convenhamos que é muito pouco, e com informações, por vezes rasas e sem uma interligação estadual e/ou regional entre a cidade que este indivíduo está inserido é a esfera estadual como um todo. De forma que estas informações passadas variam conforme a localidade e as características próprias desta região. Mesmo que haja atualmente um movimento para implementar estes dados ainda é muito pouco comparado ao que poderia ser. Pois, em minha época estudantil em escolas públicas de educação básica, nada me foi instruído sobre outras regiões do estado de Minas Gerais, sendo as informações repassadas a mim, restritas a localidade em que estava inserida. Sendo assim, o turismo para mim foi e ainda é, um importante meio de aprendizado histórico.

Assim sendo, com base também em minhas experiências nos estágios supervisionados obrigatórios e no programa da residência pedagogia da Capes nos anos de 2023-2024, na E.E. Felisberto Alves Carrejo. Estas me trouxeram a perspectiva que a rota turística mais extensa do Brasil, - tendo sua criação sido influenciada no caminho de Santiago da Compostella - bem como, sendo essa uma das grandes responsáveis, por trazer dezenas de turistas de todo o mundo para Minas Gerais, - de modo que a partir das impressões coletadas, Minas não é um estado muito conhecido internacionalmente, a vista dos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Assim como, sua importância cultural não é muito reconhecida, ou considerada relevante para muitos estudantes e indivíduos que vivem em regiões mais distantes da capital mineira Belo Horizonte; sendo estes influenciados por aspectos regionais próprios ao seu meio social.

De modo que, ao escolher como tema para este trabalho de conclusão de curso, o programa Estrada Real como forma de ensino patrimonial nas aulas de história, busquei discorrer, brevemente, sobre este programa de desenvolvimento turístico, intitulado Estrada Real, cujo seu circuito é formado por quatro caminhos, com características: turística, histórica, cultural, geológica, educacional, gastronômica, religiosa e arquitetônica. Bem como, está relacionada a toda uma rota, considerada por muitos - desde as agências de turismo, e/ou pelos próprios organizadores e/ou gestores do programa em suas campanhas de marketing digital no Instagram - como, uma forma representativa que transmite um ideal que se exprime em atrações tipicamente mineiras, com representações culturais diferenciadas e diversificadas.

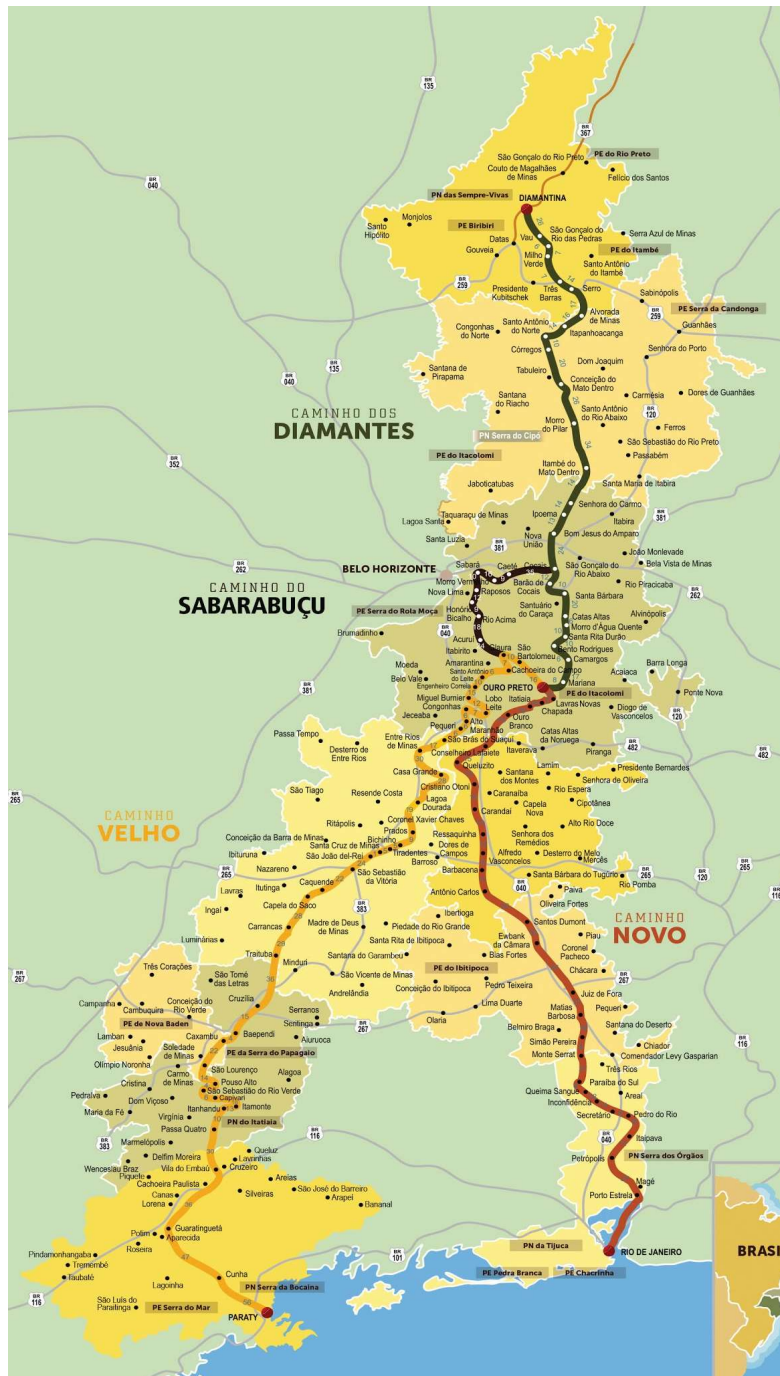


Figura 1. Caminhos do programa estrada Real. Fonte: Instituto Estrada Real (www.institutoestrada-real.com.br).

Em razão, disso, essa monografia tem como questão principal tratar do “Programa Estrada Real”, e de sua importância turística e patrimonial por meio do ensino patrimonial nas aulas de História. Tendo sido este programa instituído a partir de um decreto estadual, sob a lei nº 13.173 de janeiro de 1999. Buscando-se propor um novo modelo de

desenvolvimento turístico, baseado no princípio da territorialidade, como, espaço para implantação do desenvolvimento econômico, cultural e social. Sendo assim, um produto da herança histórica do estado.

De tal modo, neste programa contempla-se em seu trajeto oficial, um percurso turístico contendo quatro caminhos, possuindo 177 municípios participantes em suas rotas. Aonde 162 cidades que fazem parte destas rotas se situam no interior do estado de Minas gerais, sendo 7 e 8 municípios, respectivamente, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, cada rota oficial está relacionada com um dos caminhos da Estrada Real, em seu período colonial, sendo esses cuidadosamente selecionados para referenciar “cronologicamente” e fazer uma alusão espacial e significativa do seu significado histórico. Porquanto os caminhos que abarcam o programa, são chamados de Caminho Velho, Caminho dos Diamantes, Caminho Novo, e o Caminho do Sabarabuçu. Logo, por sua grande extensão quilométrica, esta estrada é, por conseguinte, considerada como sendo a maior rota turística do Brasil,

a qual foi idealizada e inspirada, a partir de uma releitura da rota intitulada, como, “*O Caminho de Santiago de Compostela*”; a qual abarca três países europeus -França, Espanha e Portugal, sendo esta considerada como o percurso de peregrinação mais famosa do mundo, e contendo rotas estabelecidas desde o século XI. Todavia a nossa Estrada Real possui cerca de incríveis 1680 km de extensão, contra 800km de extensão de sua predecessora, bem como percorre a região mais central do Estado mineiro.

A Estrada Real como o próprio nome nos informa, advém do percurso percorrido no período colonial por diferentes indivíduos em suas rotas “pessoais”, mas que também eram incluídas como percursos oficiais pelo então regime de governo. Logo, este nome não é de exclusividade do Brasil, porém, se configura, como sendo, o primeiro a ser patenteado e promovido economicamente, como um projeto turístico e cultural.

A vista disso, essa monografia teve como processo metodológico, ser uma pesquisa bibliográfica, com fontes documentais diversas, em caráter qualitativo. A partir da leitura de diferentes obras e autores, como Figueiredo, Hack, Machado, Marques, etc., sendo estas fontes relacionadas com a estrada real (e sua história no período colonial e a partir da criação do programa em 1999); sobre a educação patrimonial; o turismo cultural e pedagógico; e sobre o ensino de história. Bem como, o também foi utilizado como suporte informacional e

narrativo, para construção deste trabalho outras fontes mais visuais e narrativas, como, vídeos e documentários para maior conhecimento sobre esta temática.

Portanto essa monografia está dividida em três capítulos, sendo o primeiro referente ao programa Estrada Real, contendo, uma descrição geral e curta, de suas características principais, como, aspectos relacionados com sua historiografia, sua importância turística, e as fases e ações do programa como um todo. No segundo capítulo deste trabalho, foi retomado o conceito de patrimônio cultural e do turismo, por proporcionarem outros meios de aprendizado e de transferência de informação, que não estejam restritos a sala de aula. Assim como, são importantes propulsores do processo de divulgação do conhecimento histórico, social, das identidades e das tradições de um povo ou região. Sobre o estado de Minas Gerais, o qual é o espaço territorial tratado neste trabalho. A vista disso, no terceiro e último capítulo estão contidas informações a respeito da educação patrimonial e sua importância, como ferramenta para a “alfabetização” social e cultural dos indivíduos, o qual se conceitua como precursora na promoção da construção de uma consciência histórica, bem como, da compreensão desses indivíduos, como sendo sujeitos históricos e agentes transformadores do seu meio.

Por meio do qual, essa monografia possui como finalidade, ser um material informacional para um público-alvo abrangente e diversificado - que englobe tanto alunos e professores do ensino médio das escolas da rede básica de ensino, quanto, conseqüentemente, seus familiares, amigos e conhecidos. Entretanto, tomando como problemática a falta de conhecimento patrimonial, cultural, histórico e diversificado, por uma parte dos cidadãos do nosso país. Vemos como há pouca informação educacional, sobre o conceito de patrimônio cultural e que ao mesmo tempo venha a tratar didaticamente destes conceitos, seja, em um ambiente escolar, público e/ou informal. De modo que, este conhecimento acaba ficando na maior parte do tempo restrito há algumas localidades e a academia.

Assim como, esses saberes acabam sendo suplantados e soterrados, por meios outros, como no consumo de publicidade diversa, podcasts, shorts (vídeos curtos) e de imagens (fotografias, e afins), que possuem outros conteúdos, considerados, mais atrativos que aqueles relacionados com a temática deste trabalho, inclusive nos meios sociais e ou midiáticos (de massa ou jornalísticos). Logo, esses meios de “informação” globalizantes se configuram em um dos principais transmissores e divulgadores de conteúdo em formato

digital, porém, por vezes não muito confiáveis com relação a divulgação de informações verídicas. Pois, em sua maioria são pessoas sem nenhuma formação, especialização na área de educação patrimonial, possuem uma vivência própria/particular que divulgam informações, nestas mídias. De forma esses acabam por diminuir a qualidade exercício do ensino de história.

Logo, tendo como tema o “Programa Estrada Real” do e no estado de Minas Gerais, essa monografia possui como desígnio principal promover o acesso à informação sobre as características, peculiares e importância da criação deste programa. O qual, se busca caracterizá-lo como um novo meio de aprendizado, de conscientização, e de promoção de saberes sobre o patrimonial cultural de Minas Gerais, o qual visa o desenvolvimento de um consciência histórica nos indivíduos e estudantes, assim como os conscientizar sobre a importância da aplicabilidade do ensino patrimonial nas aulas de História. Constituindo este para Hack uma exercício pleno de cidadania.

Capítulo 1

1 O PROGRAMA ESTRADA REAL, O TURISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O programa Estrada Real é um projeto criado em 1999, por meio da lei estadual de Minas Gerais, nº 13.173 de janeiro de 1999, com o intuito de implementar e promover o turismo nas cidades da macrorregião do sudeste brasileiro, como forma de renovação e transformação da economia local dessas cidades e distritos. Havendo nesta 1.680 km de extensão. Possuindo como um de seus objetivos, o resgate das tradições regionais no decorrer de seu percurso, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, bem como, a valorização da identidade e das belezas da região. De tal forma, buscava-se com a criação do programa promover um aumento no fluxo de pessoas que transitam e perpassam por esses locais, seja como cidade percurso, de conexão ou de destino, visando o desenvolvimento da economia local. Assim como, visa ser uma maneira de proporcionar uma revitalização dos caminhos que compuseram o chamado “Caminho do Ouro” no período colonial do Estado.

Desta forma, em meados de 2003, o governo de minas adotou um modelo descentralizador em seus planos de desenvolvimento, baseando-se em “circuitos turísticos”, sendo estes assim descritos, como:

um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional. (DECRETO nº 43.321, de 08 de maio de 2003 apud BÁRBARA; DA SILVA LEITÃO; FONTES FILHO, 2007, p.2).

Tais circuitos, também chamados de “caminhos” e/ou de rotas, possuíram no passado um papel significativo para economia e desenvolvimento da região, na então capitania das minas, favorecendo o povoamento no interior do sertão brasileiro, bem como facilitador do escoamento do ouro e dos diamantes encontrados nas minas, para o litoral rumo a Lisboa, então Reino de Portugal (Marques, 2009, p.89). Inicialmente os caminhos da estrada real foram “abertos” pelos índios e por oficiais da coroa portuguesa, para fiscalização dos produtos que perpassassem por estes caminhos, os quais incluíam desde produtos alimentícios, à animais, mercadorias e diferentes tipos de minerais. Sendo, este também, um caminho utilizado por Bandeirantes, Tropeiros, Escravizados, Coronéis, Senhores de

engenho, há aventureiros e transeuntes. Em razão dessa característica história, vemos que há uma permanência de atributos nestas mesmas regiões do Estado de Minas Gerais, onde se encontram a maioria das engrenagens responsáveis pelo coração, e ao mesmo tempo pela geração de capital para o Estado, - justamente por se situar no centro do Estado e perpassar pela capital. Seja com viés turístico, minerador, econômico, histórico e/ou identitário. Tanto no âmbito nacional e quanto internacional. Logo,

essa estrutura de gestão do espaço turístico somou-se um organismo empresarial calcado na articulação intersetorial e interinstitucional: o Instituto da Estrada Real, sociedade civil sem fins lucrativos, constituída em 1999 e financiada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg¹). Como decorrência da política nacional de regionalização do turismo, instituída pelo governo federal (leia-se Ministério do Turismo), foi ainda instalada a Agência de Desenvolvimento do Turismo da Macrorregião Sudeste (Adetur/SE). (BÁRBARA; DA SILVA LEITÃO; FONTES FILHO, 2007, p.2)

Desta forma, o poder público buscou com esse programa investir no setor do mercado cultural, o qual, ganhou destaque e importância, entre o final do século XX e início do século XXI, principalmente, por meio do processo de globalização. Logo, a junção entre os setores de gestão público, privado e social promoveram a adesão prática do ‘desenvolvimento regional’, consolidado não somente como uma atividade turística, mas que visa-se envolver *“diferentes instâncias produtivas e políticas do país. Pelo novo modelo desenvolvimentista, as relações fundamentais entre os diversos atores sociais pertencentes a um espaço territorial estão calcadas no tripé pessoas/recursos/tecnologias”*. (Bárbara; da Silva Leitão; Fontes Filho, (2007, p.4)

O programa “Estrada Real”, também, possui como objetivo promover e incentivar os indivíduos a aprofundarem, descobrirem, e redescobrirem suas histórias, qualidades e diferenças, sejam estas culturais, naturais, patrimoniais, culinárias, e etc. - que o Estado de Minas Gerais tenta a oferecer. Sendo, por exemplo, um destes locais a título do conceito de cidades "históricas" ou melhor dizendo, de centros históricos, temos as localidades de Ouro Preto e Diamantina. Já com relação as estruturas arquitetônicas e artísticas, inclui-se por exemplo, o Santuário do N. Sr. Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas-MG, e o complexo

¹ FIEMG é a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, sendo sua representante e defensora dos seus interesses locais e nacionais. E uma entidade a serviço das empresas mineiras, a qual presta assessoria e apoio em áreas vitais, como no crédito, financiamento, gestão tributária, do meio ambiente e trabalhista.

conjunto Moderno da Pampulha em Belo Horizonte. Os quais foram tombadas pela Unesco,² e são considerados como patrimônio da humanidade.



(Fig.2) Mapa da Estrada Real, feito pelo Programa Estrada Real, em Diamantina. Foto tirada em 18/11/24. Fonte: autoria própria.

² Referência aos locais tombados pela Unesco foram retirados do site do Governo Federal. Disponível em (www.gov.br) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

1.1 Levantamento Histórico E Suas Características

A escolha para nomenclatura deste programa foi selecionada após um extenso levantamento de fontes históricas, efetuado pelo Instituto Estrada Real³, onde foram encontrados diversos documentos que remontam ao seu “surgimento” desde o século XVII, os quais, se referiam a estes caminhos, como, “estrada real”. Sendo essas estradas/caminhos assim designadas, para as rotas comerciais “oficiais”, as quais, eram controladas e supervisionadas pelo Rei, - daí advindo o nome Estrada Real, estrada do Rei/Realeza. Entretanto, de acordo, com Daniel Marques (2009, p.13), existiram diversos caminhos, os quais, foram abertos entre os séculos XVII e XVIII. Sendo esse um período que ficou conhecido, como, *a corrida do ouro*.

A vista disso, a “Estrada Real” foi inicialmente criada como um projeto de circulação de *“pessoas, mercadorias, ouro e diamante [e] era obrigatoriamente feita por eles, constituindo crime de lesamajestade a abertura de novos caminhos.”* (Santos, 2001, p.15). Logo, o interesse fiscal era o que prevalecia como base da política metropolitana, para essa região, constituindo como de cunho minerador para Colônia. Assim, ela tinha como função, *“ter as rotas de comunicação com as minas devidamente controladas e fiscalizadas, para que nelas se pudesse extrair uma massa cada vez maior de tributos para o tesouro real”*.

Dessa forma, o nome Estrada Real,

passou a aludir, assim, àquelas vias que, pela sua antigüidade, importância e natureza oficial, eram propriedade da Coroa metropolitana. Durante todo o século XVIII, e também em parte do XIX, quando a era mineradora já se fora e os caminhos se tornaram livres e empobrecidos, as estradas reais foram os troncos viários principais do centro-sul do território colonial. (TOLEDO apud SANTOS, M., 2001, p. 149).

Todavia, dentre estes caminhos cinco destacavam-se, com relativa importância histórica, sendo que, três deles possuíam uma abrangência nacional, os quais são relacionados com os chamados pela historiografia, como o *Caminho Velho*, o *Caminho Novo* e o *Caminho da Bahia* (sendo que, este último não veio a ser incluído no roteiro turístico do programa Estrada Real por motivos logísticos entre os criadores do programa e os investidores na época). Já os outros dois caminhos que possuíam importância regional, são intitulados, como: *Caminho dos Diamantes* (na região de Serro – antes, Vila do Príncipe e Diamantina – antes,

³ Retirado do site: www.institutoestradaareal.com.br

Arraial do Tijuco) e o *Caminho do Sabarabuçu* (na região de Sabará e Caeté – região metropolitana de Belo Horizonte).

Por conseguinte, ainda de acordo com Daniel Marques, o caminho velho foi aberto por bandeirantes e indígenas escravizados, e percorria um trecho de 600 km no qual ligava Vila Rica (atual Ouro Preto-MG), ao porto de Paraty no Rio de Janeiro. De modo que, o caminho novo⁴ então ligava Vila Rica ao porto da cidade do Rio de Janeiro. Sendo, este último caminho, “construído” e financiado pela coroa portuguesa, a qual, incumbiu ao filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues de tal feito. De modo que, como consequência, de diversos desvios de verbas, dentre outros impedimentos geográficos, este caminho demorou, muito mais tempo que o previsto para ser concluído, além do seu valor/preço. O que consequentemente contribuiu para o seu pouco tempo de utilização (Figueredo, 2011).

Desta forma, o caminho considerado de grande importância no mercado nacional e internacional, no período colonial, foi a região do Distrito Diamantino, sendo a cidade de Diamantina (então Arraial do Tijuco) e a região da cidade do Serro (antes Vila do Príncipe), se atrelavam a Vila Rica (hoje Ouro Preto). Se constituirá em uma via de fortíssima influência da Coroa Portuguesa, pois, era nesta região em específico, que foram encontradas as maiores reservas e minas a céu aberto de diamantes em todo território brasileiro. Em consequência disso, esta região foi fortemente protegida e vigiada - dia e noite-, para que não houvesse desvio dos diamantes coletados. De modo que, nem mesmo os escravos pudessem repassar essas “pedras preciosas”, para outros, como forma de conquistar a sua alforria, ou viessem a "driblar" a sonegação do quinto⁵. Destarte, também foi proibido a abertura de novos caminhos/vias, para transporte destas riquezas. Todavia, estas rotas, ainda são utilizadas na atualidade, como rota entre Diamantina e Serro, e posteriormente, até a região metropolitana de Belo Horizonte (todavia a capital mineira não faz parte dos caminhos da Estrada Real). De modo que muitas das estradas reais, foram transformadas efetivamente em estradas, sejam anteriormente sob os trilhos de trem, seja de asfalto ou terra nua.

⁴ O Caminho Novo ou Caminho de Garcia Rodrigues Paes . É considerado como sendo o mais jovem da Estrada Real. Onde sua criação começou a ser definida em meados de 1698, mas foi entre 1722 e 1725 que a rota estava finalmente definida.

⁵ Quinto era o imposto pago a coroa portuguesa sobre a toda quantidade encontrada de ouro ou mercadoria. Sendo este constituindo em 1/5 do seu valor utilitário ou grama no caso do ouro e do diamante.

Para tanto, neste período, foram implementados seja no meio dos desfiladeiros, nas travessias dos rios, e/ou em outras rotas de encruzilhada, uma espécie de “alfândega”, a qual era responsável pela cobrança de um “pedágio”, sendo este relacionado tanto aos animais e aos escravos, quanto dos transeuntes. Assim como, também se fiscalizavam e recolhiam, o quinto, referentes aos minerais encontrados e aos "impostos" de outras mercadorias que eram também transportadas e comercializadas.

Já rota conhecida como caminho do Sabarabuçu, foi aberta pelo Bandeirante Manuel da Borba Gato⁶. De tal modo, essa rota vem a ser um prolongamento mais ao leste, do Caminho Velho, e que compreende a região do Rio das Velhas nas atuais cidades de Sabará (antiga Sabarabuçu) e Caeté, na região metropolitana de BH. (Lucas Figueiredo, 2011). Assim sendo, estes caminhos considerados como os únicos oficiais do programa Estrada Real, e que também pertencem ao roteiro turístico do Instituto Estrada Real. Compreendendo assim, em seu percurso completo, três estados - MG, SP e RJ -, e percorrendo mais de 1.630 quilômetros de extensão.

1.1.1 A Decadência das Estradas Reais

A Estrada Real como rota de mercadológica, comercial e de transporte, teve um período de utilização fiscal entre os séculos XVII a XIX. Em seus anos finais, com o processo de decadência gradativa da mineração e da falta minérios, principalmente do ouro (sendo esses seus principais produtos em transporte), bem como o Independência do Brasil, a estrada real foi se transformando em vias de circulação civil/pública. [...] A partir daí, muitos trechos se incorporaram ao ritmo do desenvolvimento do país, sendo asfaltados e convertendo-se em rodovias de importância estrutural para o país (Marques, 2009, p.190). Já outras ainda conservam o calçamento (ou a falta dele), nos mesmos moldes do período colonial. Contudo é quase impossível datar o seu fim, como rota real.

Entretanto de acordo com Figueiredo, o início do processo de decadência das estradas reais, deu-se no ano de 1810, com a investida do barão Wilhelm Ludwig von Eschwege da Alemanha, o qual tentou sem sucesso, abrir os olhos dos portugueses (chamado no período

⁶ Borba gato, é uma personalidade do período colonial, descrito como sendo um bandeirante, sertanista, e escravocrata, o qual, sua estátua esteve envolvida em uma polêmica, a alguns anos, em um protesto contra a sua importância histórica.

de emboabas), do Rei, e dos paulistas, para olhar para o futuro, ao invés de se focar apenas no presente.

Todavia, independentemente do destino que [elas] tiveram, o fato incontestável é que as estradas reais são marcas significativas da história do Brasil, lembranças de um período de conquistas e de início do desenvolvimento do país, onde a face de uma nação chamada Brasil começou a se configurar, ganhando força e identidade próprias (MARQUES, 2009, p.190)

1.2 O programa e o turismo

O Programa Estrada Real criado em 1999, partiu de uma ideia do empresário Eberhard Hans Aichinger⁷, que nos fala, que sua principal motivação, decorreu, por meio de uma proposta para implementação do turismo nas regiões que abarcaria a Estrada Real, e do entendimento, de como, este programa poderia ser benéfico para a economia da população local nestas regiões. Assim, com isso em mente, Aichinger acreditava que a recuperação desses caminhos coloniais da realeza, que vieram a ser percorridos pelos Bandeirantes, pelos tropeiros, pelos escravos, dentre outros, quando partiam principalmente de Taubaté/SP para os sertões das minas, associado ao conhecimento e a diversidade histórica e cultural, dessas regiões, poderiam vir a serem úteis para a economia local.

Como resultado de todo o trabalho voltado para o resgate da Estrada Real, foi sancionada a Lei Estadual de nº 13.173/99, que dispõe sobre o “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real”, que passou a nortear as ações institucionais da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR/MG, quanto às políticas de desenvolvimento para a Estrada Real.”(TOLEDO, 2007 p.43).

Assim sendo, após a aprovação da Lei nº 13.173 de 1999, foi criado, então, o Instituto Estrada Real - IER⁸, o qual também está ligado ao Sistema FIEMG, sendo esse uma organização social civil, sem fins lucrativos que possui como objetivo primordial a responsabilidade de divulgar, organizar, criar e gerenciar todos os pontos turísticos inseridos no caminho da Estrada Real e de seus variantes, bem como das marcas que levam consigo o símbolo do programa, e que foram impulsionadas pela promoção do programa.

Para tanto, uma cerimônia oficial foi marcada para promover o lançamento desse Programa, que veio a ocorrer na cidade de “*São João del Rei em 19 de abril de 2003* (ilustrado na figura 02), *quando [também] foi inaugurado o primeiro marco da Estrada Real*”

⁷ Ele foi indicado para o cargo de presidente da Câmara da Indústria do Turismo, pela FIEMG.

⁸ Site do Instituto Estrada Real: <http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real>

(representado na figura 3). O qual contou com a presença do Bispo de São João del Rei, Dom Waldemar Chaves de Araújo e do então governador de Minas Gerais Aécio Neves.

Abaixo, encontram-se algumas imagens da cerimônia oficial, as quais, foram retiradas da forma como se encontravam na dissertação de Silvana Toledo de Oliveira.



Figura 03 - Cerimônia oficial de lançamento do Programa Estrada Real. Fonte: Silvana Toledo de Oliveira.



(Figura 04 - Inauguração do Primeiro marco da Estrada Real, parte integrante da Cerimônia oficial de lançamento do Programa. Fonte: Silvana Toledo de Oliveira)



(Fig.5) Marco Zero do Programa Estrada Real, em Diamantina-Mg. Foto tirada em 18/11/24. Fonte: autoria própria.



Fig(Fig. 6) Foto tirada em 18/11/24, em Diamantina-Mg. Fonte: autoria própria.

Em sequência a cerimônia oficial de lançamento do programa, por meio do PPAG⁹ 2004-2007 (Plano Plurianual de Ação Governamental) para o período informado, tem início uma série de ações que visavam não somente a promoção e a divulgação do programa Estrada Real, mais, também, o desenvolvimento do turismo; conforme Relatório de Execução do Projeto Estruturador da Estrada Real. Onde o foco principal dessas ações, são os municípios e circuitos turísticos, que fazem parte da área de influência da Estrada Real. Já as ações referenciadas nesse relatório, são:

- integração dos Circuitos Turísticos no desenvolvimento da Estrada Real.

⁹ Documento participativo do governo, o qual contribui para transparência e eficácia das ações governamentais, sendo este elaborado sempre no primeiro ano do mandato do presidente Lula. Com o objetivo de inaugurar uma estratégia a médio-longo prazo. Mais informações estão presentes no portal da câmara dos deputado, no site: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF>

- utilização do FASTUR – Fundo de Assistência ao Turismo para financiar empreendimentos turísticos, tendo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
 - BDMG como agente financeiro deste fundo.
 - potencialização do ecoturismo, voltado para a articulação das ações interinstitucionais, voltadas também para os circuitos que compõem a área de influência da Estrada Real. Estão incluídas nessas ações comunidades, entidades públicas, privadas e organizações não governamentais.
 - recuperação e manutenção das vias de acesso.
 - saneamento básico, incluindo coleta e disposição final do lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário
 - concessão de benefícios através do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais
 - FUNDESE / Estrada Real, via BDMG, a empresas localizadas ou a serem implantadas nos municípios da área de influência da Estrada Real.
 - sinalização turística rodoviária, por meio da implantação de placas nas principais rodovias dos circuitos turísticos.
 - implantação de telefonia rural em localidades com menos de 300 habitantes ao longo da Estrada Real. Além da aquisição dos equipamentos serão instalados 100 postos telefônicos rurais.
 - implantação de geoprocessamento mapeando a Estrada Real, objetivando demarcar o eixo e acessos secundários da Estrada, georreferenciar os marcos quilométricos e atrativos, além de desenvolver aplicativo de navegação virtual e sistema de informação geográfico para disponibilização e consultas na web.
 - capacitação profissional para lideranças, comunidades locais e profissionais do setor de turismo, dentro dos seis circuitos prioritários da Estrada Real: Ouro, Diamantes, Parque Nacional da Serra do Cipó, Trilhas dos Inconfidentes, Villas e Fazendas e Águas, em convênio com SESI, SENAI e SEBRAE.” (TOLEDO, 2007, p.48-49)

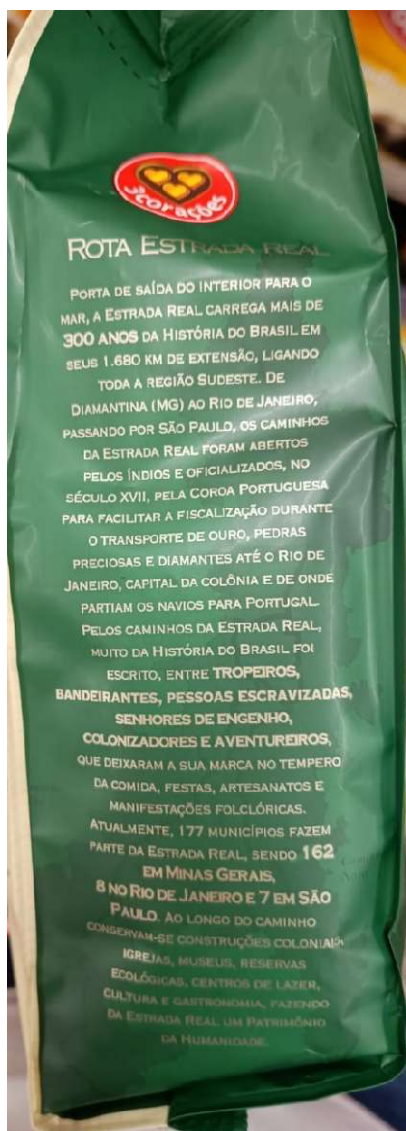
Contudo, nos anos em que se seguiram à criação do programa, de acordo com Toledo, (apud, Santos, M. 2001, p. 15) , o contexto em que se configurou o programa Estado Real, - sendo que seus caminhos são imprecisos historicamente, bem como sua delimitação, de característica complicada à época da criação do programa-, estava então sujeita a diversas configurações, delimitações e interpretações, das mais modernas. Sendo assim uma peça altamente maleável nas mãos de seus criadores e gerenciadores. Desse modo, de acordo com Santos (2001, p. 15), alguns indivíduos professaram na possibilidade de redução dos conjuntos selecionados como caminhos, sendo proposto a exclusão do Caminho Novo que vai da Cidade de Ouro Preto ao porto do Rio de Janeiro, a qual, seria equívoco no contexto da tradição mineira, e, portanto, não deveria fazer parte do projeto como rota turística. Entretanto, outros indivíduos buscavam alocar, como sendo, a dita “verdadeira” Estrada Real, compreendendo somente o trecho denominado como Caminho Velho, o qual, vai do município de Ouro Preto a Paraty-RJ. Desta forma, deixando em segundo e terceiro plano o caminho “*aberto por Garcia Rodrigues Pais, que veio a constituir, sob o ponto de vista econômico, a via mais importante entre as três grandes rotas coloniais de acesso às minas de ouro.*”

Outrossim, em concomitantemente com o programa, foram observadas grandes transformações, no âmbito municipal de algumas cidades mineiras, bem como proporcionaram a uma boa parte da população mineira, certas melhorias. A exemplo disso, com relação aos pequenos produtores locais, desse circuito/caminho, a partir do licenciamento da marca Estrada Real. Como o mel de Santa Bárbara, que era um produto artesanal e local, assim como restrito ao mercado regional do municio, mas que na atualidade, ganhou grande destaque e reconhecimento no estado de Minas Gerais, chegando até em regiões distantes, do seu polo central, na cidade de Santa Bárbara, o qual é produzido. Mas, que atualmente, no ano de 2024, também, pode-se encontrá-lo em cidades, a mais de 650 km de distância, em vários supermercados na Região do Triângulo Mineiro -o qual também foi patrocinado pela expansão de filiais dos supermercados regionais, como a rede de supermercados BH.

Assim como, o café Três corações, fundado em 1970, na região metropolitana de Santa Luiza., que leva em uma de suas embalagens, de um tipo específico de café, o slogan da Estrada Real, bem como, uma imagem ilustrativa dos caminhos incluídos no percurso do programa Estrada Real, expressando de forma informativa sobre o programa, e seus circuitos. Sendo este também um produto que ganhando o seu espaço em todo o estado, e em outras localidades, ao também se associar ao programa. Contendo sua imagem inserida logo abaixo, neste trabalho, - de autoria própria, e tirada no supermercado BH, no município de Nova Lima -MG.



(figura 7, 8 e 9) Café Premium Estrada Real. Fonte: Autoria própria. Tirada no dia 06/11/24.



1.3 Evolução do programa e o passaporte estrada real

Com o avanço da tecnologia, e por meio do surgimento de diversos outros meios de comunicação e informação, o Instituto Estrada Real criou o Passaporte Estrada Real¹⁰, o qual é um documento gratuito, de comprovação de passagem, como, o próprio nome informa. A vista disso, o mesmo foi implantado no ano de 2014 (em formato físico), e atualizado no ano de 2021, ao incluir também o formato digital do passaporte, - a partir da criação do app do programa. Este foi concebido pelo IER (Instituto Estrada Real) – sendo este a instituição responsável pelo programa Estrada Real. Com o objetivo de incentivar ainda mais os turistas a percorrerem os trechos “oficiais”, do programa. Logo, o “passaporte” foi inspirado nos moldes e modelos dos projetos de trajetos já conhecidos e “consagrados”, como o “Caminho de Santiago de Compostela” na Europa e o “caminho da fé” em São Paulo.

¹⁰Passaporte estrada real: <https://institutoestrada.com.br/passaporte/>.

Assim, para cada caminho há um conjunto de cidades específicas, onde o turista deve fazer o seu check-in, o qual lhe dará posteriormente, o direito ao certificado de uma determinado circuito. Sendo este check-in disponibilizado em determinadas localidades por meio do carimbo no passaporte físico ou por meio do scanneamento do mesmo no app.

A vista disso, para solicitar cada certificado, é necessário que o turista possua, 10 carimbos para o percurso do Caminho dos Diamantes; 08 carimbos para o Caminho Novo; 14 carimbos para o Caminho Velho e 04 carimbos para o Caminho do Sabarabuçu. Outrossim, também existe um certificado especial o qual é conferido aos indivíduos que completarem todo o percurso da Estrada Real, e já tenham conquistado os certificados dos 4 caminhos individualmente. Por conseguinte, após possuir todos os carimbos necessário no passaporte físico,¹¹ suas páginas deveram ser scaneadas e enviadas para o site do programa, entretanto, no formato digital do passaporte, o certificado é expedido automaticamente. Assim sendo, também há um certificado especial, conferido aos indivíduos e turistas mais aventureiros, o qual é considerado, como um gral máximo de reconhecimento do programa, para aqueles que completarem todas os caminhos do programa, sendo forma de incentivar, e contemplar os indivíduos mais competitivos.

¹¹ E-mail para enviar as páginas do passaporte físico é passaporteestradareal@fiemg.com.br

Capítulo 2

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO EM MINAS GERAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

A noção de Patrimônio, é descrita como sendo uma produção histórica e social da humanidade. Sendo compreendido como aquilo que é confeccionado e criado pelo ser humano, podendo ser classificado como patrimônio material ou imaterial. O primeiro é relacionado aos monumentos, objetos, edificações, e afins, ou seja, tudo aquilo que é “físico” e móvel. E o segundo ligado ao modo de saber fazer, as festividades, as cantigas, e etc. Logo, “*o patrimônio, em especial o patrimônio cultural objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, ou seja, das ações das pessoas em sociedade*”. (Melo; Cardozo, 2015, p.1061)

Assim como, nós professores de história, mas, também historiadores, arqueólogos, museólogos, e antropólogos esperamos poder provocar e instigar em nossos ouvintes e leitores, a sua curiosidade, admiração, e sentido de preservação patrimonial. Desta forma, quando tratamos sobre o patrimônio cultural de uma determinada localidade ou país estamos automaticamente discorrendo sobre a memória histórica deste lugar. Sua individualidade, diversidade, cultura, arquitetura, gastronomia e afins. Mas de forma a exaltar e promover a sua unicidade. A exemplo disto, temos o programa Estrada Real, o qual foi criado com o objetivo de fomentar a economia das cidades e dos produtores locais, bem como, promover e preservar o patrimônio cultural do estado de Minas Gerais, cujo suas principais características foram informadas no capítulo anterior.

Logo, como, consequência esses estímulos, vontades, e sentimentos, estes podem ser rotulados em quatro motivos/instâncias. O primeiro está relacionado com aquele indivíduo que ouviu falar, leu, assistiu uma reportagem, documentário, e/ou foi exposto a algum meio informativo, que o colocou em contato com informações sobre uma determinada localidade. De modo que, estas informações despertaram neste, a necessidade de vivenciar, de ver, e a de participar da cultura, deste outro lugar e de seus acontecimentos.

O segundo motivo de certa forma, está relacionado com o primeiro, pois, se insere ao campo sentimental provocado pelas relações humanas, ou seja, as emoções; as quais, nos despertam sentimentos de medo, admiração e curiosidade. Além da vontade e do desejo, que de

tudo permaneça fielmente “igual”, até que a visita a este local venha a ocorrer, seja como, forma de comprovar suas hipóteses prévias, seja para salvaguardá-lo.

Nisso adentramos no terceiro motivo, que se exprime na ideia encantamento, por parte da memória, da história, e ou da cultura de um determinado lugar. Seja porque o indivíduo que já visitou, se maravilhou com o lugar, e por isso quer protegê-lo, seja, por aquele que compreende o peso e a importância de algo sem nunca ao menos conhecê-lo. Já o quarto motivo se baseia na crítica a algo, seja ao passado, a memória, ou a história oficial, de certas localidades ou monumentos. De certa forma, está também se insere no campo das ideias, a qual se relaciona com a narrativa histórica, e/ou turística de uma determinado lugar. Para tanto,

[...] entre indivíduos de diferentes origens, hábitos e costumes, são desenvolvidas muitas nuances de interação, tais como a valorização do patrimônio material, com as edificações e os bens culturais móveis, e dos aspectos intangíveis da cultura, incluindo as danças, o folclore, a gastronomia e a religiosidade.[...] O sentido de patrimônio na modernidade, [...] —surge como um artifício criado no sentido do fortalecimento de uma pertença ao espaço simbólico, atribuindo uma transcendência a determinados símbolos culturais que atestam o caráter singular de uma determinada comunidade (BOMFIM, 2009, p. 127 apud ARAGÃO; MACEDO, 2011, p.8)

De modo que, ao visitarmos estes lugares, também chamados de lugares de memória, por Nora, que vem a nos possibilitam esta conexão entre o passado e o presente. Destarte, como nos disse Pierre Nora, a memória social se ancora nos lugares materiais; e nos lugares funcionais é onde se apoiam as memórias coletivas; assim como, nos lugares simbólicos são onde estas memórias se expressam e se revelam. E a nossa identidade se transcreve.

Os lugares de memória são, antes de tudo, *restos*. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] *São rituais* de uma sociedade sem ritual, *sacralizações passageiras* numa sociedade que dessacraliza, *fidelidades particulares* de uma sociedade que aplaina os particularismos; *diferenciações efetivas* numa sociedade que nivela por princípio; *sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo* numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. (NORA, 2012, p. 6) (grifos do autor)

Desta forma, todo patrimônio histórico e/ou cultural, é uma expressão humana, decorrentes de suas práticas ou manifestações culturais, das diferentes formas existentes e possíveis, sendo expressa em um ato simbólico, seja este material ou imaterial. Assim, toda expressão artística, científica, ou de um saber fazer, representa a imagem imemorial de um indivíduo e de um cultura ou sociedade, que buscou transformar o seu presente, no futuro de outros. Portanto “*uma pauta importante para esta discussão é a necessidade de democratização do patrimônio, uma vez que este é entendido como as formas humanas de expressão da vida social no tempo e no espaço*”(Mello; Cardozo, 2015, p.1064).

A respeito do programa Estrado Real, vemos como esta discussão se torna física, maleável e ao mesmo tempo simbólica, pois, por meio deste, também é conferido um certo grau de democratização dos patrimônios culturais, ao mesmo tempo, em que também, se seleciona um junto específico de bens culturais, patrimoniais, e regiões para exprimir uma ideia x, sobre algo. Sendo no caso deste programa, um ideal “simbólico” das características principais e até primordiais do estado mineiro, bem como de sua história social e cultural. Uma vez que ao incentivar o turismo, seja por diversos fins, também se busca aludir nos turistas e visitantes, um certo conhecimento histórico sobre uma determinada localidade. Por meio da participação deste nos eventos sociais e culturais das cidades, pela vivência ou estar fisicamente inserido em um lugar que manifesta características únicas, podendo ser provocadas tanto pelos próprios cidadãos do município, ou por seus patrimônios materiais e imateriais.

De modo que, a escolha de ser preservar um determinado patrimônio, ou promover um certo lugar ou região, em detrimento de outros sempre é pautada em elementos sócio-políticos e sócio-históricos, que estão integrados a história que um determinado município/lugar quer ser reconhecido ou quer ser referenciado. Assim como também está relacionado com as relações de poder e de “autoridade” que uma parcela da sociedade possui, e que a outra parcela aceita. Desta forma todo patrimônio histórico e cultural é a representação da identidade, da sociedade e da mentalidade de uma determinada localidade, mas não está restrita há ela. De formas outras, todo patrimônio é um elemento identificador de sua própria época e de suas transformações e utilizações ao longo do tempo.

Assim,

O patrimônio de uma sociedade é uma escolha desta sociedade sobre aquilo que lhe é mais representativo, e esta escolha depende das relações sociais constituídas no interior da sociedade, o que significa relações de força e de hegemonia, compreendida esta como a capacidade que um determinado grupo tem de mobilizar a maior parte da sociedade, ou toda ela, em torno de seu projeto, pautado, sobretudo, no convencimento, não na força física. (MELO; CARDOZO, 2015, p.1062)

Em razão disso, um grande exemplo de projeto efetivo de salvaguarda, instituído por meio da criação de uma organização que possui como proposta, a “tentativa” de garantir a preservação e a ampla divulgação dos patrimônios culturais, é a Unesco; a qual sua fundação se deu, após o fim da segunda grande guerra mundial, em 1945. Contempla como sendo um dos seus objetivos o de proteger, promover, e de garantir a paz e valorização da identidade cultural de todos os indivíduos e de seus respectivos países.

Portanto uma organização que visa a proteção das individualidades de cada localidade, país e região, bem como na promoção de políticas públicas, onde o seu papel maior está em

promover a educação, e a visibilidade patrimonial individual a nível nacional e internacional; bem como a proteção para posteridade destes patrimônios. Sendo um pensamento próprio da Unesco, a qual em 1972, “na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, afirmou que a destruição de um patrimônio [...] constitui um empobrecimento efectivo do patrimônio de todos os povos do mundo.” (Mello; Cardozo, 2015, p.1060).

A vista disso, podemos inferir que aquilo que chamamos de patrimônio cultural, vem a englobar tanto o conjunto histórico, quanto o científico, o artístico e o ecológico. Assim de certa forma vemos que o patrimônio cultural de uma determinada sociedade é constituído por um tripé indissociável de certas dimensões, sendo estas: “a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico-artística e a dimensão documental”. (Oriá, 2004, p. 133). Desta forma, o conceito desta palavra vem a representar, também, o meio ambiente, os sítios de valor histórico, artístico, paisagístico, paleontológico, arqueológico, ecológico e científico. Bem como, os objetos, as obras de arte, as edificações, os documentos, as formas de fazer, criar e vivenciar. Além das formas de expressão às criações tecnológicas, artísticas e científicas, de uma sociedade (Oriá, 2004, p. 133). Sendo imprescindível sua preservação.

2.1 Patrimônio no Brasil (Leis e decretos)

Nos tempos atuais, vemos um crescimento quantitativo na demanda de visitas às localidades consideradas históricas, e/ou tombadas, seja pela Unesco ou pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O qual, foi estimulada sobretudo, a partir do processo de globalização. Todavia seu conceito, - como patrimônio Cultural -, remonta ao final do sec. XVIII após a revolução francesa. Mas, o seu significado, tal qual o conhecemos hoje, surgiu apenas no sec. XIX com a estabilização do capitalismo. Porém no Brasil o termo somente ganhou notoriedade, por volta dos anos 1930, quando foi criado o SPHAN. Por meio do decreto lei 25/1937. Sendo esse uma autarquia criada por Mario de Andrade, Rosa de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo de Melo Franco. Com o objetivo de consolidar a identidade brasileira, por meio do tombamento¹² e salvaguarda dos patrimônios brasileiros.

A vista disso, o conceito de patrimônio cultural, ganhou novas ramificações, assim como, abarcou novos conceitos e qualificações, na implantação da nossa constituição atual, de 1988. Por meio dos artigos referentes à Preservação de Bens Culturais e Ambientais brasileiros expresso nos n.º 216 e 225 da mesma. Assim como pelo decreto de 25/1937, o qual foi então

¹² É um processo administrativo realizado pelo por público que visa reconhecer e proteger, os bens de valor cultural, histórico, ambiental, arquitetônico ou afetivo para a população. Com o objetivo de impedir que esses bens sejam destruídos ou descaracterizados. Trecho retirado e cunhado a partir da Wikipédia, e do site do Iphan.

incorporado e ampliado, sendo este expresso – de forma mais concisa - nos artigos 23, 24, 30 e 129. Os quais descrevem-se;

Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do DF e dos Municípios: III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

Art. 24: Compete à União, aos Estados e ao DF legislar concorrentemente sobre: VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico. VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Artigo 30: Compete aos Municípios: IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Artigo 129: São funções institucionais do Ministério Público: III – promover o IC e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. (Decreto de 25/1937. SPHAN)

Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo 4º -Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Art 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saúde e qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL [Constituição Federal (1988)])

Porquanto, vemos que por meio da Constituição Federal, o patrimônio cultural é então definido. Assim como, são estabelecidas as formas de proteção e de sua preservação. Observa-se que já existem meios de proteção federal, bem como, uma certa preocupação para com a preservação dos bens culturais e ambientais em nosso país. O que nos leva a pensar, em quais outras maneiras, seriam necessárias para salvaguardar estes patrimônios culturais; assim como nossos lugares de memória, nossas histórias, e nossas identidades? A qual, a constituição sozinha não consegue promover e preservar. Logo,

a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular [...]. (LEMONS, 1987, p. 84, apud Oriá, 2004, p.142)

Entretanto sendo um discurso predominante na atualidade, visando uma sociedade “moderna” somente valorizando aquilo que está inserido no contexto do moderno, do novo, do futurista. Onde o passado, não tem vês nem valia. “[...] *para o seu crescimento económico. Esquecendo-se de que a construção da modernidade pretendida pelos discursos governistas não deve excluir a memória plural de seus habitantes*”. (Oriá, 2004, p.143). De modo que no que se refere a modernidade e ao progresso. Nós como historiadores,

temos o compromisso social de "mostrar que o moderno' não se faz pela destruição ou pela negação daquilo que é passado, e que não nos serve uma concepção de modernidade que se erija sobre os despojos de perdedores silenciados e ocultos" (FENELON, 1993, p. 34, *apud* ORIA, 2004, p.144).

A solução para a dificuldade no processo de divulgação do nosso patrimônio cultural e no desleixo em promover uma educação patrimonial eficaz, pode estar relacionada principalmente com os novos significados, conceitos e reconstruções históricas do nosso passado. Por meio da historiografia e da arqueologia, assim como, com a valorização do nosso patrimônio cultural, a partir de ações de políticas públicas, do turismo cultural, e de uma educação patrimonial mais efetiva e menos restritiva; se consolidando em espaços tanto acadêmicos, quanto públicos e sociais.

Considerar a preservação do património histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural. (Oriá, 2004, p.140), Desvelar e reconstruir o nosso passado em novos moldes, com a participação popular, do poder público, e das organizações, instituições, do setor privado, dentre outro, nos permite a elucidação sobre a importância do patrimônio cultural para nossa sociedade, e para promoção do conhecimento destes, de forma facilitada. Dando legitimidade a memória e a história onde este mesmo passado, por vezes invisível, têm como rocha fundamental, de toda uma população, sociedade, localidade e etnicidade cultural.

2.2 O turismo em rota

A palavra turismo e sua conceitualização, remonta desde os tempos do Antigo Egito, quando os indivíduos viajavam para outras localidades, com objetivo de participar em eventos e festivais. Ou buscavam fazer visitas sociais, geralmente associadas as classes sociais mais altas, e/ou abastardas. Por conseguinte, o significado dessa palavra na atualidade ainda permanece. Todavia se caracterizando sobretudo, como, um conjunto de atividades realizadas por indivíduos em caráter temporário que envolve o deslocamento destes para lugares diferentes do seu habitual. De modo que, os seus fins não envolvam atividades de enriquecimento material

ou financeiro efetivo (como viagens que envolvam prestação de serviço. Exceto em casos relacionados a eventos corporativos, e de promoção ou divulgação de algo no seguimento empresarial).

Turismo é o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que esses deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa. (HUNZIKER; KRAPF, Apud BARBARÁ; DA SILVA LEITÃO; FONTES FILHO, 2007, p.3)

A vista disso, a atividade turística no mercado econômico atual vem a se consolidar, como um meio propulsor e divulgador de patrimônios culturais diversos. Assim como se destacam os segmentos relacionados ao turismo cívico, religioso, místico e esotérico, ao turismo educacional e/ou pedagógico e ao turismo étnico.

De certa forma quando tratamos do turismo, mais especificamente do turismo cultural vemos que este vem há desempenhar concomitantemente dois papéis antagônicos: “*o de agente que auxilia na manutenção e preservação de uma cultura; ou perpetrador de um monumento eleito como ‘excepcional’ para uma dada sociedade, o que pode representar uma total descaracterização dessa cultura*”(Branco, 2005, p.1). Assim como pode vir a alencar uma homogeneização cultural, bem como no silenciamento e/ou apagamento histórico-social ou de personagens/indivíduos.

Em razão disso, o modelo de rota turística expressado por meio da Estrada Real apresentado neste trabalho e referenciado no capítulo anterior, veio a proporcionar um novo conceito de aprendizagem, lazer, de desenvolvimento intelectual e religioso, bem como de consciência histórica, onde prevê, que a própria vivência é capaz de transformar os conceitos e as mentalidade de seus visitantes. Sendo capaz de transformar e aludir em seus turistas, mas também em seus moradores, a compreensão intelectual de consciência histórica, onde os indivíduos são capazes de alencar as experiências vividas ao longo do tempo, em um processo cognitivo, onde o presente, o passado e o futuro estão relacionados.

[...] a formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. [...] processos psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pela legitimidade que produz. A memória fornece quadros [...] de intercâmbio social (MENEZES, 1992: 22).

Por meio do qual, estes adquirem a compreensão de que são sujeitos históricos e agentes transformadores de seu meio. Ou seja, ao mesmo tempo em que os indivíduos vivenciam o processo turístico, este se transfigura na capacidade de entendimento do espaço e do tempo, relacionadas ao processo de rememoração de uma experiência, vivenciada onde o passado se interliga com o presente, e este se projeta para o futuro, proporcionando uma interpretação consciente e ao mesmo tempo inconsciente dos indivíduos para com os lugares e pessoas, mas,

também, para com suas histórias, memórias e identidade. Promovendo uma interação entre eles e os indivíduos de sua cidade e de seu meio social; assim como, interrelações para com os outros, os quais se aglutinam em um contexto cognitivo, situacional e de aprendizagem. Posto isso vemos que

A relação entre os bens culturais e os turistas pode ir além da mera contemplação, possibilitando a expansão do conhecimento individual e o despertar de novos valores pessoais para os turistas, transformando-os em agentes ativos na proteção e valorização do patrimônio cultural. (SOTRATTI, 2020, p.185)

Tal interação vem a promover um intercâmbio social e intercultural para com todos os indivíduos que perpassam por estes lugares, bem como entre seus habitantes. O qual é pautado na compreensão mais aprofundada da história do nosso país e do seu caráter diversificado, amplo e plural.

Tal caráter é expresso e caracterizado também no contexto de Turismo pedagógico¹³/educacional por meio da educação patrimonial, e do entendimento da importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento e povoamento do Brasil. As quais são neste caso promovidas, por meio da visitação, das ditas “cidades históricas”, e do turismo a outros seguimentos e patrimônios, considerados como expressão da cultura identitária de uma determinada localidade. Para tanto, o programa Estrado Real, temática deste trabalho, pode vir a ser utilizado no ensino do patrimônio cultural, a partir da visitação dos circuitos que cada um de seus quatro caminhos promove. Pois, cada rota é delimitada a partir de suas características regionais próprias, tendo, portanto, atributos distintos uma das outras, mesmo que seu “contexto”, e “proposta”, seja similar.

De modo que, por meio do conhecimento adquirido com as aulas educacionais sobre patrimônio, - seja, dentro ou fora das salas de aula -, este vem a se consolidar no processo de identificação e conceitualização do indivíduo, que passa a ser sujeito histórico, bem como, agente transformador e protetor do patrimônio material e imaterial de uma determinada localidade.

Constituindo

a vivência e o consumo de novas experiências pessoais [que] caracterizam o segmento do “novo” turismo cultural. A relação entre os bens culturais e os turistas pode ir além da mera contemplação, possibilitando a expansão do conhecimento individual e o despertar de novos valores pessoais para os turistas, transformando-os em agentes ativos na proteção e valorização do patrimônio cultural. (SOTRATTI, 2020, p.185)

¹³ Turismo educacional referenciado no projeto de lei 2849/24, o qual institui um programa de turismo educacional com o objetivo de proporcionar experiências educativas por meio de visitas monitoradas a locais de relevância histórica, turística, paisagística e ambiental em todo o território brasileiro. O mesmo está disponível no site da câmara legislativa brasileira.

Logo,

[...] A conjuntura da construção da identidade e da especificidade dos grupos sociais mediante a elaboração da consciência histórica toma, na decisão de ensinar a reconhecer e interpretar indícios, por exemplo, uma dimensão que mescla critérios político-administrativos e posições teórico-metodológicas. [...] Ao voltar-se para o passado, ele o qualifica como fonte para o presente e o projeta e difunde em um movimento de resposta para o amanhã. [...].(MARTINS, 2011, p. 45

Assim sendo, o turismo cultural também proporciona uma relação em via de mão dupla, onde possibilita e ao mesmo tempo incentiva que os próprios moradores das cidades visitadas, venham a resgatar e a compreender que certos fazeres, feriados, festividades, construções, ruínas e características próprias de sua cidade, também, são consideradas e classificadas, como patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais. Transformando assim certas localidades e cidades, em caráter de unicidade aos olhos do turista, pois, despertam a sua curiosidade de tal maneira, que os próprios turistas promovem a sua divulgação, o que vem a acarretar uma maior visibilidade à um determinado lugar, município ou região. (Aragão; Macedo, 2011).

Uma vez que, cada indivíduo é único, assim sendo, toda cidade também única, pois, ela é uma extensão deste individualismo de seus habitantes, o qual também é transmitido por meio do sentimento, único, que desperta em cada ser humano. Um exemplo disso, é a interpretação que cada indivíduo dá aos patrimônios culturais, o qual se traduz simbolicamente, a partir da ambientação de base histórica, de ambientes e situações do cotidiano que trazem consigo referencialmente um tempo preterível. Seja este, com o objetivo, da contemplação dos turistas, seja como forma simbólica de uma característica marcante de um determinado município, o qual, seus habitantes fazem questão de manter.

Segundo Pires (2001), essa ambientação utiliza recursos de ambientação como cenografia, vestuário, iluminação, música, alimentação e dramatização para o aproveitamento de bens culturais para o turismo e o lazer, criando uma atmosfera imaginária realista do ambiente original que compreende o patrimônio em questão. [...] Para o autor, **a ambientação de base histórica** consiste num poderoso recurso de marketing turístico voltado à apropriação turística de bens culturais que eleva o patrimônio à condição de bem dinâmico e interativo entre o passado e o presente. (SOTRATTI, 2020, p.186)

Por conseguinte, toda essa ambientação, seja por motivos turísticos ou culturais, também transformam as características individuais de cada *urbe* em um slogan permanente do município em questão. Transformando toda a localidade em algo passível de uma representação simbólica. “*Nas reflexões sobre a urbe, primordialmente —a cidade, é por excelência, o 'lugar do homem', ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados*” (PESAVENTO, 2002: 9).

Por exemplo, se pedirmos para “alguém” citar algo, que traz, como referência o Estado de Minas Gerais, podemos ouvir como resposta: Pão de Queijo, leite, goiabada, queijo canastra, Ouro Preto, Tiradentes, minas=mineração, etc. Já se falamos de uma localidade, região ou cidade em específico, ouviremos algo como: Ouro Preto = Pedra Sabão, ouro e aleijadinho; já com relação a cidade de Mariana, podemos ouvir algo, como: 1ª capital de Minas Gerais, ouro, igrejas irmãs/inimigas (em referência ao cartão postal da cidade de Mariana-Mg onde se vê a imagem de duas igrejas situadas quase de frente uma para outra); bem como, relacionada a um episódio mais recente, sendo uma característica de acontecimento local como é o caso do rompimento da barragem da Samarco, o qual é agora também um fator identitário para os indivíduos afetados pela tragédia. Isto posto, vemos que cada localidade possui características únicas que as diferenciam umas das outras, o que também possibilita que os indivíduos queiram visitá-las, (umas mais do que outras), e conseqüentemente preservá-las para posteridade.

Capítulo 3

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA

Inicialmente, ao se buscar trabalhar com a área de patrimônio cultural nas aulas de história, vemos que a mesma esbarra em um contexto político, pois não existe uma legislação específica na constituição federal, muitos menos um eixo temático próprio na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que trate especificamente desta área de ensino. Contudo existem nuances, que possibilitam que o professor de história, consiga trabalhar com seus estudantes sobre esta temática. Como, uma habilidade nos anos iniciais da educação básica, ou como, um tema transversal nos anos finais. Todavia pouco se é trabalhado sobre essa temática, especialmente nos livros didáticos, em que praticamente, não trazem nenhuma referência substancial sobre este tema. Assim como existem poucos profissionais com formação e/ou complementação pedagógica específica nesta área de ensino. De modo que, mesmo que o ensino patrimonial seja incentivado e que conste como sendo uma das maneiras de se preservar o patrimônio cultural, - de acordo com a Unesco e com o Iphan, - este não possui uma adesão significativa nos plano de ensino, das escolas, muito menos em políticas públicas efetivas. O que abrem portas para o esquecimento, apagamento e destruição da nossa memória e identidade, como povo e indivíduo.

Posto que, uma pergunta que paira no ar é. Por que não há uma conscientização maior dos indivíduos e dos cidadãos brasileiros? Se já existem leis, decretos, institutos, museus e afins que são responsáveis por salvaguardar e proteger o nosso patrimônio. Bem como, onde, e em que momento, ocorreu o desvio desta informação? E porque, ela não chegou aos indivíduos/cidadão? Acredito que não há uma resposta certa, mas, um conjunto de ações que culminaram nesta desinformação e desvalorização do patrimônio cultural brasileiro. Pois, pouco se fala em educação patrimonial em ambientes outros, que não estejam efetivamente relacionados ao patrimônio. Assim como, quase nunca é promovida em equidade e de forma efetiva, em meios outros, que não esteja restrita a academia, museus e afins. Sendo está, ainda, uma educação “restrita” as classes sociais com maior poder aquisitivo. Porquanto

A **educação patrimonial** nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao **patrimônio cultural**, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilita-los a despertar nos educandos e na sociedade o **senso de**

preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema. (ORIÁ, 2004, p.141-142)

Desta forma quando se busca trabalhar com educação patrimonial, também se espera que esta promova a construção da consciência histórica, a partir da compreensão do tempo passado e do presente, por meio do agir intencionalmente. Logo, ao sistematizar a noção da passagem do tempo, esta possibilita ao indivíduo fazer comparativos entre a sociedade atual e a anterior, por meio da compreensão das suas experiências vivenciadas. Assim como possibilita que o indivíduo consiga compreender, o porquê de certas coisas serem da forma que são. Bem como, possam sistematizar o significado de certas concepções acerca do seu passado, como indivíduo, e da sua identidade enquanto cidadão. Portanto,

“a consciência histórica é um fenômeno do mundo vital e refere-se à mudança da experiência temporal da vida e do mundo, e pode ser entendida especificamente como: [...] *a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo* (RUSEN, 2001, p. 57 apud BONETE, 2013, p.7).

Assim, de acordo com Bonete (ao citar Rusen), interpõe que o homem deve interpretar o mundo de acordo com suas intenções e objetivos, de modo a transformar sua realidade, pois, o agir é um procedimento que está na base da manutenção da vida humana. Conseqüentemente, o ensino patrimonial, também contribui para a construção destas reflexões, por meio dos “*fundamentos de um ensino de história renovado, investigando não só a história ensinada e aprendida no interior da escola, mas também os usos sociais do passado e as aprendizagens que se dão para além dos muros dessa instituição.* (Lima, 2014 p.59)

A vista disso, já nos dizia o escritor Mário de Andrade, ao atestar sobre o valor primordial do nosso patrimônio cultural e histórico, visto como sendo este, uma das formas de se conceber uma identidade nacional, mas também regional e municipal. O qual é determinada pela pluralidade de *nossas raízes e matrizes étnicas*. De modo que “*somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações*”, sendo, portanto, por meio da alfabetização cultural, que “*se deveria iniciar-se juntamente ao processo de escolarização.*”(Oriá, 2004, p. 141)

O ensino primário é imprescindível (. . .) Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização. (ANDRADE, 1992, p. 23, apud ORIÁ, 2004, p. 141)

Portanto a formação individual e genérica dos indivíduos, se exprime na apropriação e socialização para com o patrimônio, o qual, o pertence, sendo que na falta do mesmo perde-se

uma parte da identidade, e da memória simbólica e social de uma população. Em razão disso, a destruição deste se configura em um processo de desumanização.

Destarte, a educação patrimonial permite que o indivíduo consiga se embrenhar na história local, e dessa maneira, o possibilita a conseguir participar de um processo de valorização e reconhecimento, e na preservação do patrimônio. Pois, ao “*conhecer a história local colabora no processo de construção da identidade, fundamental para o exercício da cidadania*”. (Hack, 2013, p,37). Assim sendo, esse processo educacional permite que um processo de busca e apreensão pela memória social, venha a se tornar uma parte essencial para a “*valorização da identidade e da cidadania cultural de um lugar e tempo, a fim de que o passado sirva ao presente e ao futuro*”. A vista disso, a memória não é estática, nem recorrente, sendo impossível a sua utilização como *magistra vitae*¹⁴, porém ela possui características singulares que possibilitam a sua reflexão acerca do passado, contendo a sua representação no presente, destarte não podendo ser confundida com a história. “*É a memória que nutre a história. A memória coletiva é não somente uma conquista, como também um instrumento e um objeto de poder* (Hack, 2013, p,37).

Outrossim, na perspectiva de se incluir novas formas de se trabalhar com a educação patrimonial nas aulas de história, vemos que é de suma importância, promover um compromisso para com o reiteiramento da(s) identidade(s). Bem como, para com a valorização da cultura local, - a exemplo da iniciativa do programa Estrada Real, onde um de seus objetivo se projeta na valorização das identidades e da memória cultural. Pois, enquanto patrimônio cultural, seja este tangível ou intangível, a sua apropriação se configura na capacidade dos “*atores sociais sentirem-se sujeitos na escolha e preservação de sua herança cultural*”.(Idem) Visto que, a educação patrimonial se apresenta como um modelo de ensino diversificado, que possibilita ao aluno fazer interligações e associações conceituais, entre aquilo que ele aprendeu em teoria e sua aplicabilidade prática. “*Por isso, o conhecimento dos princípios da Educação Patrimonial deve fazer parte da formação dos profissionais da educação comprometidos com a transformação social.*” (Machado, 2004, p. 26)

3.1 A cultura e as diferentes possibilidades do ensino patrimonial em localidades mineiras

Enquanto disciplina formativa e provedora dos eventos transformadores da sociedade, a História é costumeiramente relegada a ser apenas informativa para com os acontecimentos

¹⁴ Expressão utilizada para se referi a uma personificação da história, onde este transmitia a crença de que a história era mestra da vida e portanto o estudo do passado serviria para prever o futuro.

passados, que podem ou não ter “serventia” no presente (de acordo, com a subjetividade de cada indivíduo). De modo que, devemos compreender que tudo é história, mas nem tudo é histórico. Logo, os eventos do passado “[...] *só existem a partir da leitura dos indivíduos sobre os fatos, portanto, todo relato de eventos consiste em testemunhos, fruto da contemplação de um indivíduo [...]*. (Plenus, 2023 p,21)

Deste modo não é possível prever os acontecimentos futuros, como se pensava no conceito de história *magistra vitae*, todavia podemos buscar salvaguardar o que temos de imprescindível no presente, como, é o caso dos patrimônios culturais. Que ao ganharem notoriedade ao serem tombados como bens patrimoniais, a estes lhe conferem um outro caráter e passam *a exercer outra performance na sociedade*. (Plenus, 2023 p,21)

É imperativo ter em mente que o patrimônio, conjunto grande e variado de bens culturais multifacetados, tem duas dimensões que interessam diretamente ao ensino de História: **a de vestígio e a de memória**. Na trilha do que foi indicado por Jacques Le Goff (1990, p.535-549), um bem patrimonializado pode ser visto como documento, o que aqui chamamos de *vestígio*, e também pode ser apreendido como monumento, ou seja, como manifestação de *memória*, pois expressa aquilo que a sociedade escolheu preservar, carrega os significados que lhe atribuíram e a arrumação pela qual passou para ser visto no presente. (Siqueira, 2023, p.66)

A respeito dos lugares de memória e de seu vestígio histórico, vemos que o programa Estrada Real (tema central deste trabalho), possui em seus 1680 km de extensão uma pluralidade de *manifestações de memória*, bem como de *vestígios*, não sendo algo limitativo ou padronizado, mais sim múltiplo e diverso. Onde cada município possui a sua particularidade, ao mesmo tempo muitas semelhanças. A vista disso, vemos que muitos municípios mineiros que fazem parte dos circuitos do programa, possuem festividades similares, mesmo que, distante geograficamente e regionalmente. Assim como suas características religiosas, as quais, estão relacionadas e diferentes credos e etnias.

Deste forma, ao se buscar trabalhar com os diferentes tipos de patrimônio, e consequentemente com a sua memória histórica, é imprescindível, que os alunos nas aulas de história, tenham contato com as fontes históricas, propriamente ditas, como um meio interativo e informativo dos usos do passado. Sendo um exemplo de atividade interativa a utilização de imagens e fotografias de monumentos, ou de vídeos e documentários, sobre diferentes bens culturais, seja sobre uma festa popular que somente ocorre em uma determinada localidade ou região, seja por meio de uma análise de uma pintura histórica. A vista disso, a título de exemplo, de patrimônio cultural, temos a festa do vinho na região de Ouro Preto-Mg, no distrito de Cachoeira do Campo, e no município de Catas Altas-Mg, a quais, estão situadas nas rotas pertencente ao *Caminho Velho*, e ao *Caminho do Sabarabuçu*, respectivamente, do programa

Estrada Real. Aonde estas festividades tradicionais contam com uma programação diversa com música, gastronomia, cultura, artesanato, e etc. As quais, também, trazem consigo uma característica identitária de sua população, pois, nenhuma destas é igual a outra. Contudo, podem ter o mesmo conceito, sendo o vinho o seu principal atrativo. Mas, cada uma delas tem seu diferencial, à por exemplo a festa do vinho em Catas Altas-Mg, onde o vinho é extraído da jabuticaba, e cada produtor fabrica-o de maneira artesanal, não possuindo uma padronização, nem mesmo no gosto e/ou tipo.

Por essa razão, há que se ter cuidado no momento em que se for selecionar uma determinada temática, e/ou patrimônio para o ensino patrimonial, pois, cada qual possui uma particularidade própria, assim como, um uso distinto, tanto no passado quanto no presente. De modo que, cada conteúdo trabalhado devesse possuir um objetivo específico, pois que, de nada adianta, a utilização dos monumentos como ilustrações sem que se haja um caráter educativo por detrás. Um exemplo disso, se reflete na busca por meios de ser ensinar, há como podem-se observar um edifício, o qual, deve-se atentar para sua localidade, sua fachada, seu ano de construção, sua função inicial, e por quais restaurações perpassou, até chegar ao formato em que ele se apresenta no presente. Sendo este conhecimento, um nova forma de se observar e compreender, os lugares por onde passamos e vivemos. Assim,

Antes de visitar uma edificação ou um conjunto de edificações com os estudantes, é importante saber se o foco estará na história dos proprietários que ali moraram, na história da arquitetura, nas pessoas que trabalharam para construir tais bens ou que viveram em torno deles, naquilo que pode contar acerca da história da cidade, no processo pelo qual aqueles artefatos se tornaram patrimônio, se se trata de pensar sobre o que justifica sua preservação e a qual grupo essa memória favorece, ou ainda se é o caso de notar como aquele lugar foi preparado para ser observado na atualidade. (Siqueira, 2023, p.75)

Outro ponto, em que se deve ter cuidado ao se trabalhar com o Patrimônio como objeto de ensino, se expressa com relação à visitação dos mesmos. Especialmente em sua relação com as condutas, que devem ser previamente informadas aos alunos e visitantes, antes de se adentrarem em determinadas construções. Pois, se é uma igreja em que consta a visitação, não é civilizado atrapalhar os indivíduos ali presentes, porquanto antes de ser um patrimônio (ou seja, um bem público), aquele lugar carece de uma aura própria e particular, ou seja, de ser um templo religioso. Sendo este pertencente há um determinado estilo de vida e ritualística.

Assim sendo salvo, em determinadas ocasiões, é importante que o professor ao se buscar trabalhar com este tipo de patrimônio, ter consciência que pode haver uma celebração religiosa em um determinado horário, ou festividade em um determinado dia, e que, portanto, não seria sensato “dar” uma “aula” ao mesmo tempo em que ocorre a celebração. Entretanto, caso este

seja a finalidade da atividade, buscar dar aos estudantes em aulas anteriores à visita, o suporte necessário para a compreensão dos alunos na atividade visitada. Por exemplo, tanto em Ouro Preto-MG (cidade inicial do circuito do Caminho velho e do Caminho Novo, bem como, ponto final dos Caminho dos Diamantes e do Caminho do Sabarabuçu), quanto em Diamantina-MG (ponto inicial da Rota dos Diamantes, e também marco zero/inicial do programa Estrada Real), a maioria das igrejas abertas ao público funcionam como templos religiosos, ao promover todos os tipos de celebrações, tais como: missas, casamentos e batizados.

O patrimônio colabora para a capacidade de pensar sobre o passado mesmo quando não traz respostas. A materialidade de uma edificação, como vestígio do passado, pode ajudar a elaboração de perguntas procedentes, cabíveis, que façam sentido como maneiras de abordar a realidade passada. Desse modo, ainda que o bem edificado não esclareça diretamente o assunto em questão, pode, sim, contribuir para fomentar nos estudantes a curiosidade sobre o que já não existe e até mesmo levá-los a entender porque certas perguntas são impropriedades para uma realidade passada. (Lima, 74)

Desta forma se faz importante ressaltar, os aspectos diversos dos nossos patrimônios culturais, o qual também denotam uma certa sensibilidade e cuidado ao se trabalhar em um ambiente educacional. Sendo necessário que exista uma delimitação dos objetivos e das intencionalidades, por detrás de uma atividade. Assim como, um olhar observador e ao mesmo tempo investigativo. Entretanto, além do respeito para os bens tombados, a história e a memória dos lugares, este “cuidado”, já não é necessário em um ambiente de ensino patrimonial voltado para o turismo. Aja posto que nosso legado enquanto cidadãos se expressa não somente nas edições, modos de fazer ou festividades. Mas devendo este ser entendido como “*sendo —às pessoas, às origens e a história de uma comunidade. Prega-se aqui a necessidade de preservar o patrimônio e reforçar a identidade das pessoas e dos lugares em primeiro lugar [...]*” (Portuguez, 2004, p. 8 apud Aragão; Macedo, 2011, p.4).

A vista disso, o tendo a visita turística como suporte na educação patrimonial, este

promove **trocas entre os indivíduos de diferentes origens**. E ao propiciar o encontro de pessoas, o turismo se apresenta não só como fenômeno **econômico**, mas também **sociocultural**. A atividade é capaz de **envolver o fluxo de pessoas em diversas regiões e nichos culturais**, e, é através desse contato, que se estabelece também **uma aceitação de outros costumes**. O turismo promove o *intercâmbio* entre diferentes culturas (com o contato entre o turista e os residentes locais) (Dias, 2005), resultando disso **mais compreensão e respeito mútuos, tolerância em relação a valores, hábitos e costumes diferentes, aceitação da pluralidade cultural como um aspecto importante da humanidade**. (ARAGÃO; MACEDO, 2011, p.4) (grifos do autor)

De tal modo, o turismo é uma importante ferramenta educacional, pois, promove as interações sociais e os intercâmbios culturais. Por conseguinte, a capacidade de interconectar indivíduos de várias localidades e estilos de vida completamente diferentes, mas que possuem

objetivos em comum. O que, como resultado possibilita uma maior aceitação das diferenças, sejam estas culturais, étnicas, sociais, ou de níveis educacionais. Assim como fomenta o respeito, a tolerância, a aceitação da multipluralidade regional, geracional e cultural dos indivíduos. Dessarte uma pessoa sem cultura é um indivíduo sem passado, e, portanto, sem identidade.

Assim sendo, uma possibilidade plausível de se trabalhar com o ensino de história por meio do ensino patrimonial, se relaciona com o conceito de cultura, e de suas diferentes nuances, podendo ser estas relacionadas, com, a fé, a etnia, os costumes, o nicho cultural (individual de cada localidade), as festividades, e os modos de fazer algo, como, um doce, um bolo, um queijo, e até mesmo um estilo musical, a respeito por exemplo das Serestas, Vesperatas e Bartucas, patrimônios imateriais da cidade de Diamantina.

Segundo o Ministério do Turismo (2006, p.13), cultura é a 'totalidade ou o conjunto da produção, de todo o fazer humano de uma sociedade, suas formas de expressões e modos de vida'. Para Ascanio (2002, p.34), 'cultura é aquilo que une as pessoas em um todo e que se manifesta como resultado e estímulo do desenvolvimento social'. (MARQUES, 2009, p.80).

Logo, a cultura se conceitua como aquilo que abarque a vida social como um todo. Sendo um sistema cunhado e exclusivo nas sociedades humanas, por meio da utilização e transformação dos espaços naturais em espaços sociais. Assim, *“todas as idéias e criação deste novo espaço passam a constituir uma cultura autêntica, que buscará sempre sua reprodução através das gerações”*. (Marques, 2009, p.81)

3.2 Problemática nos ensinamentos patrimoniais e históricos

Consequentemente, no que tange a Educação Patrimonial e a Educação Histórica, estes possuem em comum, o foco na problematização, na criação de possibilidades, na interpretação e na investigação de fontes com tipologias diversificadas. Bem com diferentes perspectivas, conteúdos e conceitos. Os quais promovem à compreensão de multiperspectivas, tanto com relação ao passado, quanto com relação ao presente. De modo que, ao fomentar uma consciência histórica nos indivíduos por meio de ensino patrimonial, esta deve ser consistente e ao mesmo tempo capaz de produzir, reproduzir e interligar diferentes conhecimentos e acontecimentos passados.

Logo, é fundamental proporcionar nas aulas de história, atividades e conteúdos desafiadores; que levem a questionamentos, problematizações e inquietações. Para que o processo de aprendizagem destes se desenvolva de forma funcional e qualitativa. Sem que haja espaço para imposição de contextos, silenciamentos, e/ou sobreposição de “histórias”. Mas sim,

que promovam o desenvolvimento do pensamento crítico, analítico e sistematizado de diferentes assuntos. Pois, possuindo a memória um aspecto mais dinâmico, e também subjetivo, vemos que

Todas as formas de património cultural, sejam materiais, como monumentos, artefactos, objetos diversos, sejam manifestações intangíveis, como tradições, música ou outros tipos de saber fazer, têm algo em comum: o facto de as pessoas lhes darem sentido. Todavia, o património não é uma entidade estática, é constituído por múltiplas camadas de seleção, preservação e construção de restos do passado no presente, visando ao futuro, num processo de atribuição de sentido por produtores, curadores, educadores e comunidades, muitas vezes justificando identidades. O significado do património muda, por isso, com o tempo e os lugares. Há, geralmente, uma atribuição de valor a essa relação. No entanto, há, e sempre houve, aspetos do património que são contestados, embora alguns o sejam mais do que outros. O património faz parte, também, das políticas de identidade promovidas pelos governos nacionais e locais, levando, por vezes, à exclusão e à divisão. (PINTO, 2022, p.2)

Haja visto, que o património e sua classificação como bem são formados a partir da seletividade, ou seja pelo carácter excludente que leva a promoção de significados e significantes, que cada indivíduo atrela a algo. De modo que em um momento em que vivemos, onde tudo é descartado rapidamente, e não há um sentimento de estabilidade ou de pertencimento. Vemos uma necessidade crescente e uma busca por formas de manter a nossas raízes. [...] *Nos dias de hoje os homens têm sentido a necessidade de criar lugares de memória (NORA, 1993), de enquadrar locais para a posteridade, numa tentativa de congelar o passado, a herança das antigas populações e conservar o património cultural para as gerações futuras.* (Aragão; Macedo, 2011, p.5). Sendo expressa por exemplo, em um monumento, o qual traz consigo a sensação de enraizamento, conforto e de pertencimento. Deste modo, o património se transforma em um meio estabilizador dessa memória.

É necessária uma abordagem consciente e crítica do património, incluindo um debate em que as pessoas prestem simultaneamente atenção ao seu ponto de vista, aos dos outros e às dinâmicas das sociedades. Tal competência inclui não só conhecimentos, aptidões, e atitudes, mas também valores. É fundamental que isso seja estimulado logo desde os anos iniciais do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando oportunidades de utilização do património como fonte histórica e de desenvolvimentos do pensamento crítico dos jovens. (PINTO, 2022, p.3)

Outrossim, vemos que o Ensino Patrimonial nas aulas de História proporciona que os indivíduos tenham uma compreensão maior sobre o mundo em que vivem e consigam desenvolver o pensamento crítico e consciencial à respeito da importância do património cultural, e de sua preservação. Bem como, ao se perceberem como sujeitos históricos e agentes transformadores de seu meio e do seu ambiente, possam compreender que a proteção de um bem cultural também é um exercício da cidadania, assim como um reafirmamento da democracia. E que, portanto, é pertinente instrumentalizar os indivíduos, para que eles possam

exercer seu “direito à cidadania mediante a investigação dos bens culturais, analisando as memórias que foram silenciadas e precisam ser recuperadas pelo viés da educação patrimonial, a qual é capaz de possibilitar outro enfoque no ensino de História”.(Hack, 2013, p.45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Estrada Real, como iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais para o incentivo ao turismo, e ao fomento da economia da região sudeste, bem como, para a preservação do patrimônio cultural. Proporcionou o resgate da memória individual e coletiva dos seus municípios participantes, e que estão inseridos no decorrer dos quatro caminhos do programa. Sendo estes o *Caminho Velho*, o *Caminho dos Diamantes*, o *Caminho Novo* e o *Caminho do Sabarabuçu*. Bem como possibilitou o reavivamento da cultura local, e de seus patrimônios materiais e imateriais. Que "talvez" por um tempo tenham sido esquecidos ou simplesmente deixados de lado. Seja por causa das grandes transformações que ocorreram nas últimas décadas, seja pelo ideal de "progresso", ou pela falta de conhecimento de sua importância

Assim no que tange a escolha da temática deste trabalho, bem como, suas inferências, tiveram como premissa, a busca por se trabalhar com o Programa Estrada Real, o ensino patrimonial e o turismo, como importantes meios para o ensino de história. Que se conceitua no processo intelectual, da consciência histórica, cultural, identitária e social. Por meio das diversas características culturais e patrimoniais do Estado de Minas Gerais, tratando assim a respeito dos seus lugares de memória e dos seus vestígios. Sendo estes importantes meios para o ensino patrimonial nas aulas de história.

Desta forma, quando tratamos a respeito patrimônio histórico e/ou cultural, vemos que o mesmo é uma expressão humana, o qual decorre de suas práticas e manifestações culturais. Assim como, por meio das suas diferentes formas existenciais e possíveis, sendo uma expressão de um ato simbólico, seja este material ou imaterial. Assim sendo, vemos que todas as formas de expressão artística, científica, ou de um saber fazer, representam uma imagem imemorial de um indivíduo, mas também de uma cultura ou de uma sociedade, sendo este a consolidação de um presente, que se tornou passado, mas ainda é o futuro daqueles que deles que o idealização. Logo,

O patrimônio de uma sociedade é uma escolha desta sociedade sobre aquilo que lhe é mais representativo, e esta escolha depende das relações sociais constituídas no interior da sociedade, o que significa relações de força e de hegemonia. (MELO; CARDOZO, 2015, p.2062)

Assim sendo, por meio do qual vemos que todo patrimônio é uma representação simbólica de algo. Portanto ao se trabalhar com o ensino patrimonial nas aulas de história, vemos que o conhecimento adquirido se consolida em um processo de identificação e

conceitualização do indivíduo, que passa a ser sujeito histórico, bem como, agente transformador e protetor do patrimônio material e imaterial de uma determinada localidade. O qual, ao se mesclar com a vivência, proporcionada pelas visitas aos patrimônios culturais ou por meios outros, vemos como os aspectos físicos, símbolos, e teóricos, são importantes para a compreensão e contextualização de consciência histórica, e do entendimento de sujeito histórico, nos indivíduos.

Por conseguinte, o Ensino Patrimonial atrelado às aulas de História, mas também ao turismo, proporciona que os indivíduos tenham uma compreensão mais abrangente sobre o mundo em que habitam, e consigam desenvolver um pensamento crítico e consciencial a respeito da importância do patrimônio cultural, sua preservação, e salvaguarda.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- ARAGÃO, Ivan Rêgo; MACEDO; Janete Ruiz de. **História e turismo: os “lugares de memória” como fator de identidade e atração nas cidades coloniais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011
- BRANCO, Patrícia M. Castelo. **Patrimônio Histórico e Turístico: Uma construção social**. (2005?)
- BARBARÁ, Saulo; DA SILVA LEITÃO, Márcia Cristina; FONTES FILHO, Joaquim Rubens. **A governança regional em turismo: realidade? Estudo de caso sobre o destino estrada real**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos EBAPE.BR, vol. 5, núm. 4, dez, 2007, pp. 1-16.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. 2004, (Repensando o Ensino) São Paulo: Contexto, 9. Ed. 2004. p. 275 . . Acesso em: 29 out. 2024.
- BONETE, Wilian Junior. Notas sobre o conceito de consciência histórica e narrativa em jörn rüsen e agnes heller. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 7 n. 14 – UFGD – Dourados, jul/dez, 2013.
- CAVALCANTE ALBANO DA CRUZ, P. L.; COSTA VIANA MONTÃO, L. **Educação Patrimonial, Ensino de História e BNCC: relações possíveis**: Educación Patrimonial, Enseñaza de la História y BNCC: Relaciones Posibles. Revista Cocar, [S. 1.], v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7276>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIMENSTEIN, Dora. **A educação patrimonial, memória e cidadania: a experiência dos professores de história da rede municipal do jaboatão dos guararapes – pe**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016
- FARIAS, Regiane de Souza Oliveira; LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza. **Ensino Médio Integrado e Educação Patrimonial como Tema Transversal: percepções da equipe pedagógica em uma instituição de ensino profissional**. Educação em Revista, Marília, SP, v. 22, n. 2, p. 47–68, 2021. DOI: 10.36311/2236-5192.2021.v22n2.p47. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/11827>.. Acesso em: 9 nov. 2024.
- FIGUEIREDO, LUCAS, **Boa Ventura! A Corrida do Ouro no Brasil (1697 - 1810)**, Record, Rio de Janeiro, 2011 (LIVRO)
- FRONZA, Marcelo. “A memória histórica como evidência: a relação entre a cultura histórica e a cultura escolar na educação patrimonial mobilizada nas aulas de história”. In: **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória** [recurso eletrônico] / Organização: Paulo Souto Maior, Ângelo Emílio da Silva Pessoa, André Mendes Salles. (Coleção Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História, v.2). João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p.119-146
- HACK, Édina Francini Simão. **Entre o ensino de História e a educação patrimonial: em busca da investigação de bens culturais locais**. Revista Confluências Culturais, v. 2 | n. 1 • março de 2013, p.35-46
- IPHAE; SEDAC/RS. **AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Um guia para escolas e municípios**. Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, 2023.
- KARNAL, Leandro, (orgs), Parte I -Abordagens, BEZERRA, Holien Gonçalves, “**Conceitos Básicos - Ensino de História: conteúdos e Conceitos Básicos**”, 2007, p. 45.

- LIMA, Maria. “Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos”. In: **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia** / Org. Marcelo Magalhães; Helenice Rocha; Jayme Fernandes Ribeiro; Alessandra Ciambarella., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 58-86.
- MACHADO, M. B. P. **Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco, 2004. 72 p: il.
- MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) - Um Estudo de Diamantina e Serro**. UNB, Brasília, DF, 2009 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)
- MARIUZZO, Patrícia. **Projeto para transformar a Estrada Real em roteiro turístico**. Cienc. Cult. vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006.
- MATOS, Maristene Amaral; BERTOLOTO, José Serafim; DOURADO, Nileide Souza. **A Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT**. Rev. Ens. Educ. Cienc. Human., v. 20, n. 2, 2019, p. 150-155.
- MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. **Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, out.-dez., 2015, p. 1059-1075.
- NORA, P., & Aun Houry, T. Y. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, jan./mar. 2022, p. 19-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i1.3159>.
- OLIVEIRA, Silvana Toledo De. **Estrada Real: História, Cultura e Turismo em São João Del Rei - Minas Gerais**, UFBA, UESC, Ilhéus, BA, julho, 2007 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)
- ORÍÁ, Ricardo. “Memória e ensino da História”. In: **O saber histórico na sala de aula**. Org. Circe Bittencourt. Editora Contexto.
- PELLICCIOTTA, Mirza; SOLHA, Karina Toledo. Turismo e preservação do patrimônio cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. **SÆCULUM - Revista De História** [35]; João Pessoa, jul./dez. 2016. P.157-176.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PINTO, Helena. **A educação patrimonial num mundo em mudança**. In: “Patrimonios Controversiales para la Formación Ecosocial de la Ciudadanía. Una Investigación de Educación Patrimonial en la Enseñanza Reglada”. Dossiê | Identidades, patrimônios e educação em perspectiva internacional: questões para o século xxi. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e255379, 2022.
- PIRES, MARIA DO CARMO, **A "Estrada Real" e a História do Processo de Construção de Roteiros Turísticos no Estado de Minas Gerais**, Brasil, TURyDES, Vol. 10. Nº 23 dezembro, UFOP, Ouro Preto, MG, 2017 (ARTIGO)
- PLENUS, Cláudia R. Ensino de história por meio dos bens culturais: uma introdução. In: **Ensinando o passado por meio do Patrimônio Cultural**. [recurso eletrônico] / coordenação Cláudia Regina Plens. — São Paulo : Universidade Federal de São Paulo, 2023, p.21-28.
- SCHEFFEL, Gabriela. A Estrada Real e a relação entre patrimônio cultural e a maior rota turística do Brasil. **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 36, v. 13, n. 2 Jul./Dez. 2021. P.558-583
- SINQUEIRA, Lucília S. “O uso de edificações antigas no ensino de história”. In: **Ensinando o passado por meio do Patrimônio Cultural**. [recurso eletrônico] / coordenação Cláudia Regina Plens. — São Paulo : Universidade Federal de São Paulo, 2023, p.63-94.

SOTRATTI, M. A. **Turismo, vivências e novas perspectivas para a valorização do patrimônio cultural imaterial e da diversidade cultural**. In: MARAFON, G. J., FACCIOLI, M., and SÁNCHEZ, M. A., ed. Patrimônio, território e turismo no Brasil, Costa Rica e Itália [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 179-195. ISBN: 978-65-00-03032-7. <https://doi.org/10.7476/9786500030327.0009>.

SITES:

MINAS PORTAL BRASIL CONTEMPORANEO: Caminho De Sabarabuçu, disponível em: <http://minas.portalbrasilcontemporaneo.com.br/verbete/caminho-de-sabarabucu/>. último acesso em 08/10/2024.

TURISMO DE MINAS: Caminho Velho Da Estrada Real, disponível em: https://turismodeminas.com.br/o_que_fazer/caminho-velho/. último acesso em 08/10/2024.

CARTILHA IPHAN: Cartilha: Educação Patrimonial | Histórico, conceitos e processos IPHAN | 2014. Disponível em: <https://www.opatrimonioeduca.org/ref1>. Último acesso em 21/09/2024

CNN BRASIL: “Lições aprendidas ao percorrer o caminho de Santiago na Espanha e Portugal”. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/viagemegastronomia/lições-aprendidas-ao-percorrer-o-caminho-de-santiago-na-espanha-e-portugal/. Último acesso em 18/10/2024.

HISTÓRIA DE VIAGEM -BLOGSPOT: Estrada Real - Caminho Velho - Antiga Rota Do Ouro, disponível em: <http://historiaeviagem.blogspot.com/2016/04/estrada-real-caminho-velho-antiga-rota.html>. último acesso em 08/10/2024.

FIEMG: Conheça a FIEMG. Disponível em: <https://www.fiemg.com.br/conheca-a-fiemg>. último acesso em 13/10/2024.

FÜHR, MOACIR, “Boa Ventura! A Corrida Do Ouro No Brasil (1697-1810)”, disponível em: <https://www.apaixonadosporhistoria.com.br/livro/119/boa-ventura-a-corrida-do-ouro-no-brasil-1697-1810>. último acesso em 08/10/2024.

INSTITUTO ESTRADA REAL: Página Inicial. disponível em <http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real>. último acesso em 08/10/2024.

PASSAPORTE ESTRADA REAL: Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/passaporte/>. Último acesso em 08/10/2024.

PORTAL IPHAN: Portal Iphan. Disponível em: portal.iphan.gov.br, Último acesso em 15/10/2024)

TRILHAS & RUMOS: <https://trilha-serumos.com.br/dicas-roteiros/caminho-de-santiago-de-compostela/>. Último acesso em 08/10/2024.

VÍDEO-AULA:

CANAL DAITURISMO – Daiane Rocha: “**TURISMO CULTURAL: O que é, origem e finalidade | Série: Segmentação Turísticas - Vídeo 3**”. Postado em 24 de fev. de 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VQIUeUaNYsw>. Último acesso: 02/09/2024.

CANAL JORNALISMO TV CULTURA: “**Panorama | A preservação do patrimônio histórico | 18/09/2018**”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u6IOE6k3yIE>. Postado em 18/09/2018. Último acesso 07/09/2024.

CANAL TV BRASIL: “**Diálogo Brasil - Patrimônio e Desenvolvimento**”, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mz587x5COx0>. Postado em 30 de mai. de 2017. Último acesso 07/09/2024.

:“Caminhos da Reportagem | Nosso patrimônio, nossa identidade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZG9J3nGKjKU>. Postado em 30 de out. de 2017. Último acesso 09/09/2024.

:“Caminhos da Reportagem: A rota do ouro e do diamante (parte I)” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRF07ozUJmc>. Postado em 11 de mai. de 2012. Último acesso 09/09/2024.

:“Caminhos da Reportagem: A rota do ouro e do diamante (parte II)” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DVMX60C2N5s>. Postado em 17 de mai. de 2012. Último acesso 09/09/2024.

:“Caminhos da Reportagem: A rota do ouro e do diamante (parte III)”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7BxnD0TIZ1g>. Postado em 11 de mai. de 2012. Último acesso 09/09/2024.

CANAL CABALGOV: “Preservação do patrimônio cultural brasileiro contribui para a formação da identidade do país”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=moBNRsZAneg>. Postado em 25 de mai. de 2015. Último acesso 09/09/2024.